



Carta Econômica

Informativo do Curso de Ciências Econômicas

Ano XVII, nº 2 - junho de 2011

SEÇÕES

2 Inflação

4 Mercado de trabalho

5 Finanças públicas

6 Comércio exterior

7 Mercado financeiro

Prêmio Nobel de Economia em 2010 e o Desemprego entre os Jovens

Os premiados

A Real Academia Sueca de Ciências anunciou em outubro de 2010, em Estocolmo, a concessão do Prêmio Nobel de Economia aos professores americanos Peter Diamond e Dale T. Mortensen, assim como ao britânico-cipriota Christopher Pissarides. Os acadêmicos foram escolhidos por suas teorias sobre o efeito das políticas econômicas no combate ao desemprego – problema que, desde a crise financeira internacional de 2007-2009, vem causando preocupação em muitos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

“Por que há tantas pessoas sem trabalho se no mesmo momento há numerosas ofertas de emprego? Como a política econômica influencia o desemprego? Os premiados deste ano desenvolveram uma teoria que pode ser utilizada para responder estas questões”, explicou o Comitê Nobel em um comunicado.

As contribuições de Diamond, Mortensen e Pissarides reforçaram o reconhecimento da relevância do ambiente macroeconômico para explicar a taxa de desemprego, mas levaram também à percepção de que mudanças na macroeconomia podem ter diferentes impactos no desemprego, dependendo dos detalhes microeconômicos do mercado de trabalho.

Nesse sentido, o desemprego não decorre apenas da falta de vagas. Mesmo quando existem vagas de emprego, pode haver pessoas sem trabalho. Acontece que o mercado está sempre em movimento, e empregos são destruídos e criados. Trabalhadores são demitidos, outros pedem demissão. Alguns saem do mercado, outros entram. Todos esses fluxos contribuem para a taxa de desemprego.

A forma como se dá a procura de emprego pode também afetar a taxa de desemprego. Desempregados que se esforçam e procuram intensamente novas oportunidades acabam encontrando-as de modo mais rápido. Já as pessoas que procuram com menos esforço ficam mais tempo desempregadas. Da mesma forma, as empresas podem anunciar suas vagas para um público maior e encontrar candidatos rapidamente, ou podem ser menos eficientes na procura por candidatos e demorar a preencher suas vagas.

Na visão clássica de mercado de trabalho, o modelo econômico mais tradicional assume uma oferta de trabalho, que reflete o número de trabalhadores dispostos a trabalhar a um determinado salário, e uma demanda de trabalho, que descreve o número de trabalhadores que as empresas estão dispostas a contratar a um dado salário. Para dado nível salarial, a oferta iguala a demanda, isto é, temos o equilíbrio do mercado. No entanto, essa harmonia nem sempre se verifica no mundo real. É possível, por exemplo, que haja muitos postos de trabalho não ocupados mesmo em um cenário de grande desemprego.

Entender as fricções que caracterizam esses mercados de busca (*search markets*) foi a principal contribuição desses três pesquisadores. A pesquisa deles forneceu contribuições para o aprimoramento do processo de “casar” o trabalho “certo” com o trabalhador “certo”, minimizando ineficiências. Em outras palavras, os pesquisadores, por meio de simulações matemáticas, tentaram fazer com que o período de busca de emprego, por parte de quem está desempregado, e da busca da empresa pelo trabalhador mais qualificado, fosse o mais breve e o menos custoso possível. Segundo a Academia, os modelos dos laureados com o Nobel de 2010 ofereceram a estrutura para estudar como esse processo ocorre atualmente.

Logo, de acordo com a Academia, os laureados contribuíram para o entendimento dos mercados de busca:

“Peter Diamond fez contribuições significativas para a teoria fundamental de tais mercados, enquanto Dale Mortensen e Christopher Pissarides desenvolveram essa teoria posteriormente e a tornaram aplicável para a análise do mercado de trabalho. As conquistas dos três laureados nos ajudam a compreender um número de importantes questões econômicas em geral, e as determinantes do desenvolvimento do desemprego em particular”.

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha*

Sobre os premiados, Peter A. Diamond, nascido em Nova Iorque, é professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (*Massachusetts Institute of Technology* - MIT). Já Dale T. Mortensen é professor na Northwestern University em Evanston, Illinois (EUA). Finalmente, Christopher A. Pissarides é professor na Escola de Londres de Economia (*London School of Economics* - LSE), no Reino Unido.

Modelo Diamond-Mortensen-Pissarides (Modelo DMP)

Stigler (1961) modelou um mercado de produto onde os consumidores buscavam preços mais baixos até o ponto em que “o custo da procura é equiparado ao seu retorno marginal esperado”, na forma de preços mais baixos. Posteriormente, Stigler (1962) aplicou essa teoria da busca (*search theory*) ao maior de trabalho, focalizando na dispersão salarial, que deveria ser maior quando a busca fosse mais difícil, mas pouco se comentou a respeito do desemprego, além de não ter resolvido o comportamento de preços das empresas.

Mortensen (1970) formalizou e estendeu as ideias de Stigler. Em seu artigo, as empresas oferecem empregos que exigem certo nível de habilidade. Empregos com as mesmas exigências de habilidade oferecem o mesmo salário. Então, os trabalhadores são entrevistados para o trabalho, e se eles forem qualificados, eles podem assumir o cargo. Trabalhadores mais qualificados irão obter empregos mais qualificados, o que talvez explique por que a taxa de desemprego entre os estudantes com nível superior completo é cerca de um terço da taxa de desemprego dos estudantes que abandonaram o ensino médio. Em certo sentido, o desemprego reflete o fato de que os trabalhadores qualificados não aceitam empregos com baixa remuneração, e procuram oportunidades de emprego que ofereçam melhores salários.

Mas o artigo de Mortensen (1970) foi bastante modesto em seu tratamento no tocante ao problema do lado da empresa. Todavia, Diamond (1971) superou essa situação em seu modelo de busca para o estudo do desemprego. Nesse artigo, foi demonstrado como os custos associados às buscas por vendedores e compradores de bens e serviços podiam afetar de forma surpreendente o comportamento da economia previsto pelo modelo de equilíbrio competitivo. Em outras palavras, a visão tradicional de mercado em que compradores e vendedores se encontravam sem atritos não se aplicava ao mercado de trabalho (DIAMOND, 1971).

A partir dessas observações, Dale Mortensen e Christopher Pissarides desenvolveram o modelo Diamond-Mortensen-Pissarides, o qual é utilizado para analisar desemprego, formação salarial e oferta de vagas. Segundo a Academia, esse modelo ajudou a compreender a forma como o desemprego, as ofertas disponíveis e os salários são afetados pelas políticas econômicas, mostrando porque muitas pessoas permanecem desempregadas mesmo nos momentos em que há grande abertura de vagas.

A ideia central do modelo DMP é de que as teorias econômicas clássicas sobre oferta e demanda, na qual o preço é o fator de ajuste, não explicam porque o número de postos de trabalho vagos é maior ao mesmo tempo em que o desemprego permanece alto. Esse resultado é uma contradição. *“Em tais mercados, as exigências de alguns compradores não são atingidas, enquanto certos vendedores não conseguem vender tanto quanto desejariam. Assim, há ao mesmo tempo oferta de empregos e desemprego no mercado de trabalho”*, argumentaram os organizadores do prêmio.

Esse ruído é provocado em parte porque o encontro entre a oferta e a demanda não é automático, e pode vir a ser longo e dispendioso. Em um ambiente regulado e no qual as demissões fossem caras, um empregador ficaria reticente em empregar pelo temor de assumir custos excessivos.

O benefício do seguro-desemprego também foi analisado pelos três economistas. Esse benefício permite que um trabalhador desempregado fique mais tempo procurando uma vaga que o satisfaça economicamente

* Mestre e doutorando em Economia pela Universidade Católica de Brasília – UCB.

e profissionalmente, em vez de aceitar a primeira oferta de emprego. Mas o preço é ter um índice de desemprego alto por mais tempo, mesmo com a recuperação da economia. Em outras palavras, os estudos dos premiados demonstraram, por exemplo, que *“quanto mais importantes são os seguros-desempregos, mais elevado é o índice de desemprego e mais longa é a duração da busca por um novo trabalho”*, destacou o Comitê do Prêmio Nobel. Entre as soluções apontadas pelos três economistas está a redução dos custos de demissão, o que, segundo eles, traria maior fluidez ao mercado de trabalho, auxiliando a redução do desemprego.

Crise Financeira Internacional e Desemprego entre os Jovens

As contribuições de Diamond, Mortensen e Pissarides são úteis à realidade brasileira? Nos anos recentes, a taxa de desemprego vem se reduzindo e as perspectivas para o mercado de trabalho são favoráveis. Há necessidade de se preocupar com detalhes microeconômicos do mercado de trabalho? A resposta é sim! Estudos recentes têm indicado que a taxa de desemprego entre a população de 15 a 24 anos é maior do que entre a população entre 25 e 39 anos. Além disso, a taxa de desemprego entre a população pobre é maior do que entre a população com melhores condições de renda e de qualidade de vida. Os trabalhadores pobres e os jovens continuam vulneráveis ao desemprego.

O relatório Tendências Mundiais de Emprego para a Juventude divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2010 informou que, de cerca de 620 milhões de jovens economicamente ativos com idade entre 15 e 24 anos, 80,7 milhões estavam desempregados no final de 2009 - o número mais elevado já registrado. Este número era de 7,8 milhões (ou quase 10%) de jovens a mais do que o número global registrado em 2007. A taxa de desemprego dos jovens aumentou de 12,1 por cento em 2008 para 13,0 por cento em 2009.

O estudo acrescentou que essas tendências teriam *“consequências significativas para os jovens e as gerações futuras vão engrossar as fileiras dos desempregados já”* e alertou para o risco *“de um legado de crise de uma ‘geração perdida’, composta de jovens que abandonaram o mercado de trabalho, tendo perdido toda a esperança de serem capazes de trabalhar para uma vida decente”*.

O relatório apontou para o problema que deveria preocupar a elite dominante em um cenário como esse: *“Encontrar e motivar jovens que desistiram da esperança de um futuro produtivo é um empreendimento caro. Ainda assim, a alternativa de não fazer nada é ainda mais cara, quando os custos sociais, econômicos e possivelmente até mesmo políticos são somados”*.

O relatório também apontou que a taxa de desemprego dos jovens revelou-se mais sensível à crise do que as taxas de adultos, e que a recuperação do mercado de trabalho para homens e mulheres jovens provavelmente ficaria atrás da dos adultos. O relatório indicou que nos países desenvolvidos e de algumas economias emergentes, o impacto de crise sobre a juventude foi sentida principalmente em termos de aumento do desemprego e os riscos sociais associados com o desânimo e inatividade prolongada.

Nas economias em desenvolvimento, em que a maioria dos jovens vive, estes são mais vulneráveis ao subemprego e à pobreza. Nos países de baixa renda, o impacto da crise foi mais sentido nas horas mais curtas de trabalho e na redução de salários para os poucos que mantêm empregos assalariados e no aumento do emprego vulnerável em uma economia com um número cada vez maior de empregos informais. Estimou-se que 152 milhões de pessoas jovens tinham trabalho, mas estavam em situação de extrema pobreza, em famílias que sobreviviam com menos de US\$ 1,25 por pessoa por dia em 2008.

Esse relatório da OIT explicou como o desemprego, o subemprego e o desânimo podem ter um impacto negativo a longo prazo sobre os jovens, comprometendo as suas perspectivas futuras de emprego. O estudo também destacou o custo da ociosidade entre os jovens, dizendo: *“as sociedades perdem seus investimentos em educação. Governos deixam de receber contribuições para os sistemas de segurança social, e são forçados a aumentar os gastos com serviços de reparação”*.

Considerações Finais

Em resumo, é importante lembrar que a questão do desemprego, tema de estudo que resultou na premiação do Nobel de Economia em 2010, encontra-se no debate atual, sobretudo no mundo ocidental em que, na sequência da crise financeira internacional de 2007-2009, muitas economias ainda se debatem com grandes dificuldades para evitar o aumento do desemprego, principalmente entre os jovens. À luz dos ensinamentos de Diamond, Mortensen e Pissarides, pode-se concluir que apenas mais crescimento econômico não garante emprego para os pobres e os jovens, porque algo diferente acontece com a sua inserção no mercado de trabalho. Seus empregos têm curta duração, sofrem muita rotatividade. Ficam mais tempo procurando emprego do que empregados. Pode até haver empregos para eles, mas são de curta duração. E, como os jovens e os pobres nessa condição são muitos, a taxa de desemprego permanecerá alta, enquanto não se encontra uma solução. É nesse contexto que os ensinamentos de Diamond, Mortensen e Pissarides revelam-se de enorme importância.

Referências Bibliográficas

- DIAMOND, P. A. A model of price adjustment. *Journal of Economic Theory*, v. 3, n. 2, p. 156-168, 1971.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Global employment trends for youth: August 2010 – special issue on the impact of the global economic crisis on youth/International Labour Office. Genebra: ILO, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/doc/jovens_2010_184.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2011.
- MORTENSEN, D. T. Job search, the duration of unemployment, and the Phillips curve. *American Economic Review*, v. 60, n. 5, 1970.
- STIGLER, G. J. The economics of information. *Journal of Political Economy*, v. 69, n. 3, p. 213-225, 1961.
- _____. Information in the labor market. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, 1962.

INFLAÇÃO

Celso Vila Nova de Souza Júnior*

O Índice Bolha do Distrito Federal

Introdução

Diante de um cenário de forte expansão no setor imobiliário e da ausência de um indicador de conjuntura econômica, em março de 2010, o Departamento de Economia da Universidade Católica de Brasília desenvolveu um indicador denominado de Índice Bolha do Distrito Federal (IB-DF), cujo objetivo é medir o risco de especulação imobiliária local. Trata-se de um indicador que mensura a existência de descolamento entre o preço de um ativo e o seu retorno. Segundo Stiglitz (1990), se existe razão para que o preço seja alto hoje é porque os investidores acreditam que o preço de venda amanhã será maior – quando os fatores fundamentais não parecem justificar um preço tão alto, então uma bolha existe.

A produção de informações sobre evolução de preços de imóveis e de aluguéis é importante por diversas razões, dentre as quais merecem destaque: i) servir como um indicador Macroeconômico de inflação; ii) subsidiar na condução da política monetária e de crédito; iii) servir como medida de exposição ao risco; iv) auxiliar aos indivíduos nas decisões de compra de imóveis; v) auxiliar as construtoras em seus planos de investimentos.

Em geral, os índices de preços da habitação baseiam-se na média ou na mediana dos preços de venda num período *t*. Para a construção do Índice Bolha do Distrito Federal, levaram-se em conta as vantagens e desvantagens de quatro diferentes métodos, a citar: (i) vendas repetidas, (ii) avaliação, (iii) regressão hedônica e (iv) estratificação.

O primeiro método utiliza dados de preço e endereço, não sendo necessárias mais características ou atributos. Todavia, esse método não trata adequadamente os imóveis que passaram por reparos ou reformas, além de requerer um mercado relativamente grande de compra e venda de imóveis. Já no segundo método utilizam-se mais informações que o método de vendas repetidas, porém esse método também não se adapta à mudança de qualidade como reparo, reformas, depreciação etc., além de depender essencialmente da qualidade dos dados da avaliação. O terceiro método da regressão hedônica é provavelmente o mais eficiente na utilização dos dados disponíveis, já que possibilita ajustar o método a mudanças de qualidade, tanto depreciação quanto reparos e reformas. No entanto, o método é intensivo na utilização de dados e requer uma grande variedade de informações das propriedades e das características da vizinhança. Ademais, o método não é facilmente reproduzível, e podem-se assumir diferentes formas funcionais para a regressão proposta. Por fim, o último método foi utilizado com o intuito de superar as dificuldades dos métodos anteriores e viabilizar a construção do índice no âmbito do curso de Economia da UCB. O método da estratificação possibilita construir um índice de preços de acordo com as características da área construída, localização, número de quartos, suítes, e vagas na garagem. Com essa técnica é possível construir índices locais, além de poder captar a variação de preços de imóveis relativamente homogêneos. As desvantagens dessa técnica se dão devido à ausência de controle de mudança de qualidade nas residências (depreciação, reparos e reformas) e da dependência da quantidade de características dispostas para tornar mais homogêneo à estratificação.

* Professor do Curso de Ciências Econômicas da UCB.

Existem também quatro maneiras distintas de coleta de dados sobre preço de imóveis, a citar: (i) registro de cartório; (ii) valor do imóvel pelo IPTU; (iii) valor do imóvel informado pela Caixa Econômica Federal - CEF; (iv) anúncio ao mercado, com o preço de oferta.

A primeira delas pode conter informações falsas, ou seja, dada a elevada carga tributária imposta pelo governo, indivíduo tem forte incentivo em maquiagem a evolução do seu patrimônio com intuito de diminuir a tributação. A segunda delas subestima o valor do imóvel. É preciso também levar em conta a realidade política de cada cidade, bem como sua capacidade de fiscalização. A maioria das cidades quase não recolhe IPTU. A terceira maneira recebe uma avaliação dos técnicos da CEF. Nesse caso, o valor do imóvel depende da qualidade da avaliação que pode sofrer um forte viés a depender do comportamento estratégico adotado pela CEF. O que interessa a CEF é o colateral, ou seja, se o comprador financia parcela importante do imóvel, a avaliação perde parte do sentido. Também existe o problema dos contratos de gaveta, em que o preço do imóvel é fixado num patamar baixo, e é oferecido às pessoas de baixa renda. Contudo, essas pessoas podem ser usadas como laranjas por investidores, dado que o preço da casa é superior ao estabelecido pelo programa. Ademais, você ainda pode criar um viés de seleção, já que nem todos os imóveis são financiados. A quarta e última maneira é a de mais fácil obtenção, pois os dados podem ser coletados diretamente de jornais, sites da internet e imobiliárias. A desvantagem desse método é que ele não garante que o preço anunciado seja exatamente igual ao preço transacionado. Portanto, nenhuma das possibilidades é perfeita.

Metodologia

Para o cálculo do Índice de Preços Imobiliários do DF é realizada uma coleta de preços de imóveis e aluguéis no *website* www.wimoveis.com.br e jornais locais todos os meses. As características pesquisadas são de apartamentos de 2 e 3 quartos com uma suíte e vaga na garagem. Optou-se aqui por apartamentos com essas características, tendo em vista que retratam melhor a procura de uma família típica brasileira que tem como finalidade obter o acesso à moradia. Para tal, é realizada uma amostragem de 160 imóveis, sendo 80 de preços de venda e 80 de preços de aluguel, de quatro cidades satélites: Asa Sul, Asa Norte, Sudoeste e Águas Claras. Após a coleta de campo, os dados passam por um processo de análise crítica com intuito de verificar eventuais falhas na coleta. Procedimentos estatísticos são empregados para identificar *outliers* e avaliar se a observação coletada trata-se de erro de coleta (ou digitação) ou se efetivamente é resultado de algum fenômeno econômico que precisa ser compreendido.

Depois da análise de consistência dos dados, o índice é computado da seguinte maneira:

$$IB_{DF} = \left[\frac{CMe_{-m^2}}{(Ame_{-m^2})(12)} \right]$$

em que:

CMe_{-m^2} é o preço médio de venda (P_i) por metro quadrado (m^2) do imóvel que pode ser obtido da seguinte maneira:

$$\sum_{i=1}^n \left(\frac{P_i}{m_i^2} \right) \left(\frac{1}{n} \right)$$

Ame_{-m^2} é o preço médio de aluguel (A_i) por metro quadrado que pode ser obtido da seguinte maneira:

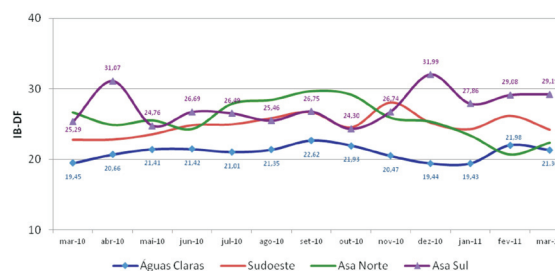
$$\sum_{i=1}^n \left(\frac{A_i}{m_i^2} \right) \left(\frac{1}{n} \right)$$

O índice Bolha do Distrito Federal está classificado da seguinte maneira: (i) Luz verde – Índice abaixo de 20 – sinaliza retorno do investimento superior a 5% ao ano. Perigo de bolha especulativa é baixo; (ii) Luz amarela - Índice entre 20 e 30 - sinaliza retorno do investimento entre 2,5% e 5%. Aponta para bolha especulativa em formação; (iii) Luz vermelha - Índice entre 40 e 40 - sinaliza retorno do investimento abaixo de 2,5%. Aponta existência de bolha especulativa no mercado.

Resultados

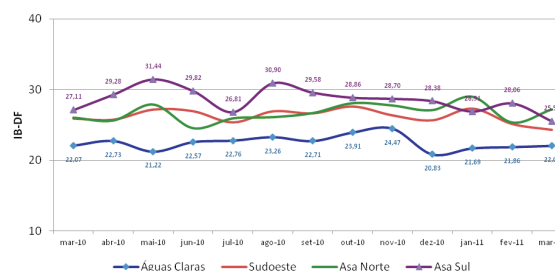
Visualizando o Gráfico 1, para apartamentos de dois quartos, podemos constatar que no período de 12 meses os bairros Asa sul, Águas Claras e Sudoeste apresentaram um crescimento do índice bolha na ordem de 15%, 9,5% e 6%, respectivamente. Isso significa que a valorização do imóvel cresceu a uma taxa proporcionalmente maior que o valor de seu retorno (aluguel) do imóvel. Já o IB-DF na Asa Norte apresentou um recuo na ordem de 16%, indicando que o retorno gerado pelo investimento, ou seja, o valor do aluguel cresceu a uma taxa maior que a sua valorização.

Gráfico 1 – Evolução do IB-DF (Apartamento 2 Quartos) – Mar/10 a Mar/11



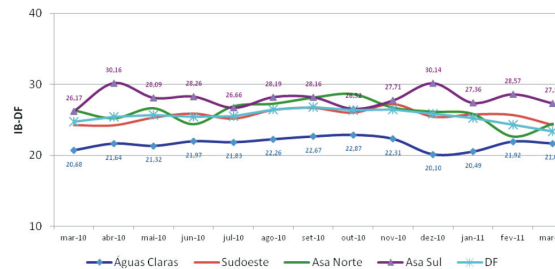
A partir do Gráfico 2, para apartamentos de 3 quartos, podemos constatar que no período de 12 meses os bairros Águas Claras, Asa sul e Sudoeste apresentaram uma redução do índice bolha em 0,11%, 5,82% e 6,14%, respectivamente. Isso significa que o retorno gerado pelo valor do investimento, ou seja, o valor do aluguel cresceu a uma taxa maior do que a sua valorização. Para a Asa Norte, o IB-DF apresentou um crescimento de 4,5%, ou seja, a valorização do imóvel cresceu a uma taxa proporcionalmente maior que o valor de retorno do imóvel (aluguel).

Gráfico 2 – Evolução do IB-DF (Apartamento 3 Quartos) – Mar/10 a Mar/11



Com base no Gráfico 3, constatamos que durante o período de 12 meses os dados agregados (que abrangem apartamentos de 2 e 3 quartos) dos bairros Águas Claras, Asa sul e Sudoeste apresentaram um crescimento do índice bolha de 4,6%, 4,3% e 0,08% respectivamente. Já o IB-DF na Asa Norte, apresentou uma redução na ordem de 7,17%, ou seja, o retorno gerado pelo investimento (aluguel) cresceu a uma taxa maior que a sua valorização. Por fim, o índice agregado do Distrito Federal apresentou uma redução na ordem de 5,56%. Isso significa que existe uma relação estável entre preço do imóvel (valorização) e retorno (aluguel). Ademais, percebe-se uma variância maior para apartamentos de 2 quartos do que em 3 quartos. Tal fato reflete um movimento de especulação maior para imóvel com essas características.

Gráfico 3 – Evolução do IB-DF (Agregado) – Mar/10 a Mar/11



Conclusão

Nossa análise do mercado imobiliário de Brasília, nos últimos doze meses, encontrou pouca evidência para sustentar a existência de uma bolha de preços no mercado imobiliário, pois parece que os preços dos apartamentos subiram em linha com os aumentos no valor de aluguel, ou seja, foi possível observar uma relação estável entre o preço do imóvel e do aluguel.

Os preços dos apartamentos de 2 quartos têm sido mais voláteis do que os preços dos apartamentos de 3 quartos. Uma razão para essa volatilidade pode estar no fato de que as pessoas preferem imóveis pequenos para especular. Além disso, nossa análise do nível de preços imobiliários mostra que os preços subiram muito mais recentemente para alguns bairros do que para outros. Esse resultado pode ser uma consequência da oferta de imóveis no período pesquisado.

Por fim, destacamos a importância da criação de indicadores que possibilitem o acompanhamento de mercados imobiliários locais com o intuito de se evitar a formação e evitar o estouro de uma bolha e ou desinchar bolhas existentes. Dessa maneira, pretende-se consolidar e aperfeiçoar esse novo indicador, ampliando as fontes de dados para novas áreas que estão em plena expansão aqui em Brasília.

MERCADO DE TRABALHO

José Luiz Cordeiro Cruz*¹

O Crescente Aumento da Mão de Obra Feminina

Nas últimas décadas o quantitativo no número de mulheres no mercado de trabalho aumentou consideravelmente, seja no mercado de trabalho interno, seja no mercado mundial. Esse aumento está caracterizado pela mudança da sociedade em si, em relação à cultura e comportamentos conjugais.

Considerando que o mercado atribui maior valor, ou seja, maiores salários, de acordo com a escolaridade da pessoa, as mulheres estão enxergando essa oportunidade e se especializando e estudando tanto quanto os homens. Hoje elas representam mais da metade da população desempregada e continuam recebendo rendimentos menores que os homens.

No Distrito Federal, o desempenho do mercado de trabalho em 2010 refletiu melhorias na inserção produtiva das mulheres. Foram gerados 19 mil postos de trabalho, totalizando 685 mil postos para a população feminina (Tabela A).

TABELA A Estimativas da População Feminina Economicamente Ativa Distrito Federal 2009-2010						
Indicadores	2009			2010		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Estimativas (em mil pessoas)						
População Economicamente Ativa	1.378	699	679	1.400	715	685
Ocupadas	1.160	608	552	1.209	638	571
Desempregadas	218	91	127	191	76	115

Fonte: PED-DF. Convênio: SETRAB-GDF, FSEADE-SP e DIEESE.

A taxa de desemprego das mulheres diminuiu, passando de 18,7% da PEA (População Economicamente Ativa) feminina para 16,8%, entre 2009 e 2010. Todos os setores da economia cresceram no quesito quantidade de vagas para as mulheres, exceto os serviços domésticos (-4,3%).

Apesar de estudarem por um período mais longo, obtendo no setor industrial, por exemplo, um ano a mais de escolaridade que os homens, o diferencial de remuneração continua elevado, e quanto maior a escolaridade maior a diferença entre homens e mulheres na mesma ocupação. Entre 2000 e 2010, o percentual dos trabalhadores com nível superior completo no mercado de trabalho do Distrito Federal cresceu consideravelmente, passando de 13,8% da PEA para 19,7%. O ingresso das mulheres com nível superior completo na força de trabalho foi mais intenso (14,6% para 21,6%) do que os homens (13,1% para 18,0%). (Tabela B)

TABELA B População Economicamente Ativa com Ensino Superior Completo Distrito Federal 2000-2010 (em porcentagem)			
Gênero	População Economicamente Ativa (PEA)		
	2000	2010	
Total	13,8	19,7	
Homens	13,1	18,0	
Mulheres	14,6	21,6	

Fonte: PED-DF. Convênio: SETRAB-GDF, FSEADE-SP e DIEESE.

São muitas as barreiras que de um modo ou de outro mantêm as mulheres fora dos cargos mais qualificados e mais bem remunerados do mercado, dentre elas as resistências sociais, a maternidade e a feminização de determinadas profissões são alguns exemplos. Porém, nos últimos anos a penetração feminina no mercado de trabalho tem sido crescente, por conta da elevação da escolaridade

das mulheres, o adiamento da maternidade e um menor número de filhos.

Como no mercado a desigualdade salarial entre os sexos se manteve por décadas, as mulheres, com o intuito de se aproximar dos salários masculinos, ou mesmo alcançá-los, se especializaram cada vez mais. Independentemente do sexo, porém, a obtenção do nível superior por parte dos trabalhadores diminuiu as chances de incidência do desemprego. Com isso, nos últimos dez anos, a parcela de mulheres com ensino superior completo entre as ocupadas passou de 18,1% para 24,1%.

A presença das mulheres ocupadas que não concluíram o ensino superior, segundo apurado pelo PED em 2010, era visível em praticamente todos os setores da atividade econômica: serviços (55,6%), outros, em que se incluem serviços domésticos, (22,5%), comércio (17,7%) e indústria (3,5%). Já as mulheres que concluíram o ensino superior concentraram sua ocupação ao setor de serviços (92,1%). Nesse setor é considerável a prevalência feminina nas atividades educação e saúde (Tabela C).

TABELA C Distribuição dos Ocupados com Ensino Superior Completo e Superior Incompleto, Segundo Setor de Atividade, por gênero Distrito Federal – 2010 (em porcentagem)						
SETOR DE ATIVIDADE	Até o Ensino Superior			Com Ensino Superior		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	4,6	5,6	3,5	(2)	(2)	(2)
Comércio	18,7	19,6	17,7	4,5	4,5	4,5
Serviços	58,8	61,4	55,6	91,3	90,4	92,1
Construção Civil	6,7	11,7	(2)	(2)	(2)	(2)
Outros (1)	11,2	1,7	22,5	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-DF. Convênio: SETRAB-GDF, FSEADE-SP e DIEESE.

Nota: (1) Demais setores da economia, inclusive serviços domésticos. (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em relação ao rendimento, de acordo com o IBGE, as mulheres auferem rendimentos inferiores aos dos homens. Em 2010, as mulheres brasileiras receberam, em média, o correspondente a 72,3% da renda masculina, situação que não mudou significativamente desde 2003, quando esse percentual era de 70,8%, conforme Tabela D, ainda que possuam o mesmo nível de escolaridade e a mesma forma de inserção ocupacional.

Tabela D Razão da média anual do Rendimento, mulher/homem (em %)		
Ano	Média	
2003	70,8	
2004	71,0	
2005	71,2	
2006	70,6	
2007	70,5	
2008	71,0	
2009	72,3	
2010	72,3	

Fonte: IBGE

Embora exista certa discriminação ao trabalho feminino, elas estão ganhando seu espaço onde antes era reduto masculino. O desafio que fica para as mulheres dessa geração é tentar reverter o quadro da desigualdade salarial entre elas e os homens.

Referências Bibliográficas

PED-DF. Convênio: SETRAB-GDF, FSEADE-SP e DIEESE. SENAC. Disponível em: < <http://www.senac.br> >. Acesso em: 13 jun. 2011.
IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 13 jun. 2011.

* Graduando do Curso de Ciências Econômicas da UCB.

¹ O autor agradece ao Prof. Gilson Geraldo Silva Jr. pela leitura crítica do texto e sugestões.

O Uso de Indicadores Econômicos como Instrumento de Melhoria da Eficiência Dos Gastos Públicos

Os economistas e formuladores de políticas econômicas têm debatido intensamente sobre a influência dos gastos públicos na economia. Algumas visões demonstram que o Estado deve manter vigilância extrema sobre os gastos públicos e, por consequência, no tamanho da dívida pública, de maneira a diminuir o peso intergeracional que os gastos públicos provocam na economia. Segundo esses economistas, quando o governo incorre em um déficit orçamentário e assume uma dívida, ele reduz a poupança nacional, o que, por sua vez, acarreta um menor nível de investimento e um déficit comercial. Outros economistas, adeptos da teoria da equivalência ricardiana, defendem que os gastos públicos têm um efeito pouco significativo sobre a economia, pois entendem que um déficit orçamentário representa meramente uma substituição de impostos no futuro e impostos no presente. Todavia, ambos os economistas devem concordar em um ponto importante: quanto mais eficiente for o gasto público, melhor será o retorno em termos de bem-estar para a população de um país. Entretanto, ao efetuar uma leitura das principais mídias de comunicação, nos deparamos diariamente com diversas notícias dando cabo das ineficiências perceptíveis do Estado brasileiro: a baixa qualidade da educação pública, com indicadores abaixo dos padrões dos países mais desenvolvidos; as estradas continuam em situação precária; investe-se pouco em ciência, tecnologia e inovação; faltam recursos para implementar uma política nacional de segurança etc.

Considerando essa perspectiva de ineficiência estatal, qual seria a saída então para que os gastos públicos efetivamente atingissem o seu objetivo principal, que seria o bem-estar da população? Em nossa opinião, caso o Estado construísse um orçamento público visando uma alocação ótima desses mesmos recursos, com o intuito de aperfeiçoar o bem-estar da população, teríamos como resultado a melhoria da eficiência dos gastos públicos.

Todavia, por que os políticos não utilizam os indicadores econômicos como matriz na construção de um orçamento público mais eficiente? Talvez a resposta esteja no sistema político partidário atualmente adotado no Brasil. Barry Ames, em sua obra *Os Entraves da Democracia no Brasil* (2003), afirma que os projetos do governo são submetidos a intensas negociações em torno de interesses paroquiais, patronagem e benefícios clientelistas. Dessa forma, o orçamento público acaba por se transformar em um instrumento de cooptação de uma base parlamentar, em vez de servir para a sua função primordial, que é o de promover o bem-estar da

população. O pior de tudo isso é que essa estrutura de clientelismo tem pouca possibilidade de mudança, pois os nossos representantes foram eleitos dentro desta atual estrutura político-eleitoral, o que implica um baixo estímulo para a sua mudança.

Além da questão da estrutura político-eleitoral, percebemos também outro grande entrave para o uso eficiente dos recursos públicos: a corrupção. Segundo a teoria dos caçadores de renda (rent seeking), desenvolvida por Krueger (1974) e Tullock (1967), os agentes econômicos possuem uma motivação básica: a busca de lucro econômico positivo a longo prazo. Tal busca ocorre dentro de um conjunto determinado de regras e, não raro, a existência de lucro econômico positivo está associada à existência de imperfeições institucionais. Os agentes procurarão obter o máximo de renda possível, respeitando ou não as regras da conduta econômica e social. Essa ação pode implicar transferências dentro da sociedade, via monopólios e diversas formas de privilégios. A atividade ligada à busca dessa renda é chamada de caçadora de renda.

Uma visão do problema da corrupção e da produção de bens públicos e semipúblicos, calcada em Olson (1965), descartaria qualquer possibilidade de um Estado gerencial puro. O estado e o mercado político não são perfeitos: políticos e burocratas representam seus interesses dentro do governo e os interesses de agentes privados que se organizam coletivamente para agir sobre a máquina governamental, e tal ação tem como objetivo caçar renda de grupos da sociedade menos organizados.

Algumas possíveis soluções para minimizar o problema da corrupção e da interferência de fatores político-eleitorais na organização e execução do orçamento público poderiam estar calcadas em uma maior transparência dos gastos públicos, leis mais severas contra burocratas estatais que compactuem com a corrupção, bem como na adoção de mecanismos de accountability (prestação de contas), que gerem estímulos para burocratas e políticos rumo à construção de um estado mais eficiente e que proporcione bem-estar à população.

Referências Bibliográficas

- AMES, Barry. *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Trad. Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves. *Corrupção e Produção de Bens Públicos*. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Org.). *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

* Graduando do Curso de Ciências Econômicas da UCB.

¹ O autor agradece ao Prof. Tito Belchior S. Moreira pela leitura crítica do texto.

COMÉRCIO EXTERIOR

Bruno de Paula Moraes* Tito Belchior S. Moreira**

Comércio internacional: uma arma política

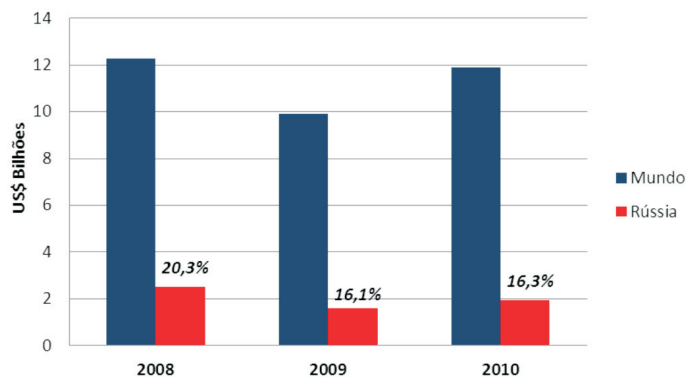
No último dia 2 de junho, a Rússia comunicou ao governo que iria aplicar barreiras sanitárias sobre os frigoríficos brasileiros a partir do dia 15 de junho. Cerca de 85 estabelecimentos foram afetados nos estados do Rio grande do Sul, Paraná e Mato Grosso. Suspeita-se que o embargo foi utilizado como arma de pressão.

A Rússia, que está em processo de entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), precisaria de apoio do Brasil e os embargos recém aplicados seriam uma forma de retaliação pela pouca atividade do Brasil nas negociações.

Segundo reportagem do jornal Valor Econômico (03/06/2011), fontes do governo afirmaram já terem sido alertadas pelos próprios russos sobre possíveis retaliações caso o Brasil impusesse dificuldades à entrada da Rússia na OMC. As supostas ameaças se deram em maio, quando uma delegação do governo estava em visita na Rússia para tratar de outro embargo imposto a 29 estabelecimentos exportadores de carne no mês de abril.

O Brasil já é prejudicado com o sistema de cotas russo, que favorece os exportadores dos Estados Unidos e União Europeia. O governo russo afirma que o problema é o sistema de controle sanitário, que não é bem fiscalizado pelo Ministério da Agricultura.

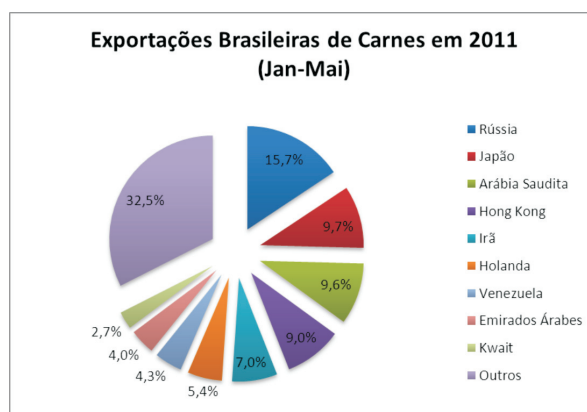
Exportações Brasileiras de Carnes



Fonte: AliceWeb/SECEX. Elaboração Própria

Apesar do Grande número de empresas afetadas, a ABIEC (Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes) afirmou que as perdas poderão ser reduzidas, pois como o embargo foi aplicado especificamente aos frigoríficos localizados nos estados do RS, PR e MT, tais empresas atingidas poderão exportar por intermédio de suas filiais em outros estados. Segundo os produtores, o prejuízo pode chegar a 73 milhões de dólares.

Exportações Brasileiras de Carnes em 2011 (Jan-Mai)

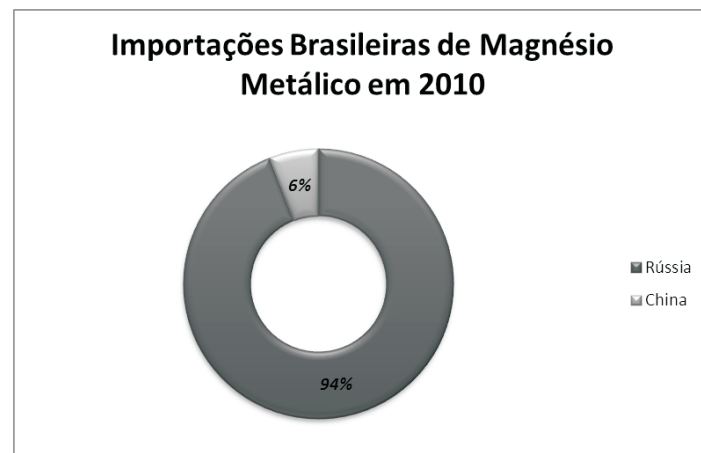


Fonte: AliceWeb/SECEX. Elaboração Própria

Sob forte pressão do setor privado, o governo tentou responder com a abertura de uma investigação *antidumping*, que pode sobretaxar o magnésio metálico proveniente da Rússia.

A abertura da investigação já tinha sido peticionada antes do embargo russo e já acumulava dados técnicos que justificariam a abertura, porém ainda não tinha sido finalizada. Mesmo sem ter sido completamente concluída, o governo antecipou a abertura da investigação como forma de retaliação.

Importações Brasileiras de Magnésio Metálico em 2010



Fonte: AliceWeb/SECEX. Elaboração Própria

Além disso, o governo fez diversos apelos públicos para o adiamento do embargo, porém nenhum pedido foi aceito e o embargo está em vigor desde o dia 15 de junho.

O Brasil também se envolveu em uma guerra comercial com a Argentina no início do ano. O comércio internacional foi novamente utilizado como instrumento político pelo governo argentino, que se aproxima das eleições e sofre pressão do setor privado que reclama do déficit na balança comercial.

A Argentina ampliou a lista de bens sujeitos a licenças não automáticas de 400 para 600 produtos em meados de fevereiro. Após essas ações da Argentina, o governo brasileiro começou a ser pressionado pelo setor prejudicado. Tentaram-se contatos diplomáticos para resolver a questão, porém todos falharam.

* Graduando do Curso de Ciências Econômicas da UCB.

** Professor do Curso de Ciências Econômicas da UCB.

Sem respostas concretas, o Brasil optou por retaliar a Argentina na mesma moeda. Em 10 de maio, o governo brasileiro retirou as licenças automáticas das importações de carros, um dos principais produtos que o Brasil importa dos argentinos.

Desde então, os dois governos se reúnem e não conseguem chegar a um acordo concreto, com a retirada das barreiras em ambos os lados da fronteira. No máximo se comprometem verbalmente a acelerar o processo da liberação de entrada desses produtos.

Referências Bibliográficas

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

MDIC. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

Importação Brasileira da Argentina			
	Principais produtos em 2010	US\$ Milhões FOB	Part. %
1	AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOÇÃO,1500<CM3<=3000,ATÉ 6 PASSAG	1.529	10,6
2	OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS C/MOTOR DIESEL,P/CARGA<=5T	1.405	9,74
3	AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOÇÃO,1000<CM3<=1500,ATE 6 PASSAG	1.060	7,35
4	AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOÇÃO,CIL<=1000CM3	897	6,22
5	TRIGO (EXC.TRIGO DURO OU P/SEMEADURA),E TRIGO C/CENTEIO	893	6,19
6	NAFTAS PARA PETROQUÍMICA	861	5,97
7	CAIXAS DE MARCHAS P/VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	391	2,71
8	AUTOMÓVEIS C/MOTOR DIESEL,CM3>2500,SUP.6 PASSAGEIROS	237	1,65
9	MALTE NAO TORRADO,INTEIRO OU PARTIDO	215	1,49
10	FARINHA DE TRIGO	202	1,4

Fonte: SECEX/ MDIC. Elaboração Própria

MERCADO FINANCEIRO

Diego Cezar Gomes Magalhães* Rogério Boueri Miranda**

Presente de Grego

O primeiro semestre de 2011 acaba por revelar-se o pior de muitos anos que se passaram, registrando uma queda de 12% no acumulado do ano até meados de junho, contra uma taxa praticamente nula no período equivalente do ano passado. A inflação continua sendo a maior preocupação nacional no momento, levando a novos ajustes na taxa básica de juros. Os Estados Unidos não demonstram maiores sinais de revitalização em sua economia, enquanto a China ainda apresenta o risco de desaceleração. Mas o que realmente tem atormentado os investidores nos últimos meses é, novamente, a crise de endividamento público na Grécia e suas implicações dentro da União Europeia.

O Gráfico 1 mostra claramente a situação da Bovespa nos últimos 12 meses, com seu principal índice de performance registrando pontuação em mesmo patamar que o registrado no mesmo período do ano passado. De uma perspectiva técnica, o Índice Bovespa vem seguindo uma linha de tendência de baixa, com topos e fundos descendentes, desde o mês de outubro do ano passado. O Ibovespa chegara a testar valores acima dos 70 mil pontos no início do ano, mas não conteve sua trajetória descendente desde então. Em meados de junho, o Ibovespa se encontra no menor nível de todo ano, testando um suporte na casa de 60 mil pontos.



Gráfico 1: Índice Bovespa nos últimos 12 meses. Fonte: ADVFN (17/06/2011)

* Graduando do Curso de Ciências Econômicas da UCB.

** Professor do Curso de Ciências Econômicas da UCB.

Novamente, o pessimismo dos investidores na economia tem origem nas perspectivas sombrias do cenário externo, com o foco de volta à Grécia. A despeito do pacote de resgate de €€ 110 bilhões aprovado há mais de um ano numa ação conjunta do BCE e do FMI, é evidente que a situação fiscal da Grécia continua insustentável. Urge a necessidade de aprovar um novo pacote bilionário de socorro ao país, porém as autoridades europeias e o FMI não o farão sem exigir medidas de austeridade extremamente impopulares neste momento. Cabe ressaltar que a crise grega não é só econômica, mas também social e política, dificultando que seja tomada qualquer solução rápida e colocando o país num impasse fatal.

Embora a Grécia seja uma pequena economia em relação aos seus pares europeus, o verdadeiro perigo é o que essa crise significa para o futuro da comunidade europeia. Como qualquer membro da Zona do Euro, a Grécia abriu mão da política monetária nacional como fonte de financiamento público, pelo que o seu endividamento público deveria, em tese, ser rigorosamente controlado para não comprometer a viabilidade da união monetária. Contudo, a Grécia entrou na Zona do Euro prematuramente, por razões mais políticas do que econômicas, sem possuir o mínimo de solidez fiscal necessário. Hoje, a Grécia está no topo da crise de endividamento dos países ricos, revelando-se um verdadeiro “cavalo de tróia” para a União Europeia.

A tensão entre os investidores está nos seus piores dias do ano desde que a poderosa agência de risco Standard & Poor's rebaixou o rating dos títulos gregos para níveis abaixo dos piores países africanos, haja vista o crescente risco de que o governo grego não consiga honrar suas obrigações com credores e investidores. Essa nova avaliação de risco posiciona a Grécia na pior colocação do mundo, dificultando ao seu governo o acesso a crédito externo num momento cada vez mais crítico. Teme-se ainda que as outras grandes agências de risco, Moody's e Fitch, sigam o exemplo da S&P e rebaixem mais ainda a classificação de risco da Grécia, o que na atual conjuntura poderia ser um verdadeiro “golpe de misericórdia” nas finanças gregas.

A Europa, no entanto, não tem sido a única fonte de preocupações. Ainda sobre agências de risco, foi ousada a iniciativa da Feri EuroRating de rebaixar a classificação dos Estados Unidos em seu rating de crédito, tendo em vista a “contínua deterioração do valor do crédito do país em razão da alta dívida pública, das medidas fiscais inadequadas e das fracas perspectivas de crescimento”. O mercado reagiu de acordo, caindo expressivamente no mesmo dia. Essa medida é emblemática uma vez que, até então, os EUA sempre foram a referência em risco-país para o mundo. O principal imbróglio é a disputa no parlamento americano sobre as medidas de contenção do déficit. Enquanto os Democratas favorecem o aumento dos impostos os Republicanos preferem um profundo corte nos gastos. Este cabo-de-guerra tem impedido votações importantes como o aumento do teto da dívida americana, o qual, se não for expandido poderá ocasionar um default, ainda que em pequena escala de títulos do governo americano.

A onda de pessimismo que toma os investidores desde 2010 permanece tão forte como nunca em 2011. Em lugar nenhum isso é mais perceptível do que no péssimo desempenho da bolsa de valores, o que indica simplesmente que as pessoas não estão acreditando no investimento em empresas no momento. Esse fenômeno se manifesta no caso da Bovespa de uma maneira notável, já que a economia brasileira se encontra longe do centro da crise e, muito embora também possua seus próprios riscos, está relativamente bem. Aparentemente, a conjuntura desfavorável nos países ricos continuará ditando os rumos da bolsa brasileira.

Referências Bibliográficas

THE ECONOMIST. Disponível em: < <http://www.economist.com/>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

BRASIL. BMF&Bovespa – Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

INFOMONEY. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

ADVFN. Disponível em: <<http://br.advfn.com/>>. Acesso em: 17 jun. 2011. ECONOMÁTICA. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2011.

A Carta econômica é um boletim trimestral com tiragem de quinhentos exemplares, produzido pelo Curso de Ciências Econômicas (graduação, mestrado e doutorado em Economia de Empresas).

Ano XVII, nº 2 – junho de 2011

Prof. MSc. Amaíre Benevenuto (amaire@ucb.br)

Editor da Carta econômica do DF

Coordenador da Seção de Finanças Públicas

Prof. Dr. José Angelo Divino (jangel@pos.ucb.br)

Coordenador da Seção de Inflação

Prof. Dr. Tito Belchior S. Moreira (tito@ucb.br)

Coordenador da Seção de Comércio Exterior DF

Prof. Dr. Rogério Boueri Miranda (rmiranda@ucb.br)

Prof. Dr. Benjamin Miranda Tabak (benjamin@ucb.br)

Coordenadores da Seção de Mercado Financeiro

Diagramação: Jair Luiz Petry/Editora Universa – UCB

Revisão: Luziene Amâncio Delmonde/Editora Universa – UCB

Curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Brasília – UCB
Para mais informações, acesse a home page do curso: www.economia.ucb.br
Endereço: Campus I – QS 7 lote 1 EPCT
CEP 91.966-700 – Águas Claras – Taguatinga – DF
Fone: (61) 3356-9185 Fax: (61) 3356-3010

Mestrado e doutorado em Economia de Empresas da Universidade Católica de Brasília
Para mais informações, acesse a home page do curso www.ucb.br/economia.
Endereço: Campus II – SGAN 916, Módulo B, Asa Norte
CEP 70.790-160 – Brasília – DF
Fone: (61) 3448-7127 Fax: (61) 3347-4797

